

## Sucessão geracional: garantindo-se renda continuaremos a ter agricultura familiar?

MOISÉS SAVIAN\*

### Resumo

O rural brasileiro tem enfrentado nas últimas décadas um processo de despovoamento no qual a saída dos jovens é um dos fatores importantes. A ausência dos jovens coloca em risco a sucessão geracional da agricultura familiar. Diversos estudos tem observado a importância da renda para a sucessão geracional, pois a baixa rentabilidade, ou a insatisfação com a renda, contribui na geração de interesse dos sucessores em não permanecer no campo. Esse artigo tem como objetivo discutir as relações entre a renda familiar e a sucessão geracional a partir de uma pesquisa bibliográfica e de uma perspectiva que compreende o processo de decisão e ação dos jovens rurais inseridos no espaço geográfico. Acredita-se que as rendas obtidas influenciam na decisão e ação dos jovens rurais, pois essas se dão em um contexto social que visa também metas econômicas, no entanto são influenciadas por outros fatores, como aprovação, poder e sociabilidades.

**Palavras-chave:** sucessão rural; juventude rural; renda.

### Abstract

The Brazilian rural has faced in recent decades a process of depopulation in which the output of young people is an important factor. The absence of young endangers the generational succession of the family farm. Several studies have noted the importance of income for generational succession, since a low profitability, or dissatisfaction with income, contributes to the generation of successors in interest do not stay on the field. This article aims to discuss the relationship between family income and generational succession from a literature review and a perspective that understands the process of decision and action of young rural inserted in geographic space. It is believed that the rents obtained influence the decisions and actions of rural young people, because those take place in a social context that is also aimed at economic targets, but are influenced by other factors, such as approval, power and sociability.

**Key words:** rural succession; rural youth; income.



\* **MOISÉS SAVIAN** é Engenheiro Agrônomo e Mestre em Geografia; Secretário de Agricultura e Pesca do Município de Lages – Santa Catarina.



Juventude rural – Foto: Ubirajara Machado

### Introdução

O rural brasileiro tem enfrentado nos últimos sessenta anos um crescente processo de despovoamento, devido a mudanças significativas na sociedade. Camarano e Abramovay (1998) analisando o êxodo rural a partir da década de 1950 afirmam que a cada dez anos um em cada três brasileiros vivendo no meio rural optou pela emigração.

A saída dos jovens do campo é um dos grandes responsáveis pelo despovoamento do espaço rural, sendo motivados por diversos fatores. Brumer (2007) avalia que os atrativos da vida urbana, especialmente opções de trabalho e remuneração funcionam como fatores de atração para a cidade, enquanto as dificuldades da atividade agrícola são fatores de expulsão do campo. Em estudo na região oeste de Santa Catarina, Badalotti et al. (2007) afirma que os jovens saem do campo

em virtude do pouco investimento econômico, cultural, social e a escassez de políticas para a sua permanência.

Na agricultura familiar, a ausência de jovens coloca em risco a existência do estabelecimento rural, pois a falta de sucessão impossibilita a reprodução social desta categoria. Para Mello et al. (2003, p. 11) “os problemas envolvidos na questão sucessória parecem transformar-se numa ameaça que coloca em risco a reprodução econômica e social da agricultura familiar”.

Diversos estudos tem observado a importância da renda para a sucessão geracional, pois a baixa rentabilidade, ou a falta de satisfação com a renda, contribui na geração do interesse dos sucessores em não permanecer no campo podendo culminar na decisão pelo deslocamento para a cidade. Verifica-se então, a clara existência de uma relação frequente entre a renda e a sucessão geracional na reprodução

social da agricultura familiar. Permanece a seguinte questão: Como essas variáveis se relacionam? Resolvido os problemas de renda na agricultura familiar, garante-se a sua reprodução social?

Para auxiliar na reflexão dessa problemática realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre a decisão e ação econômica, ou seja, a partir do que, de que forma e com que finalidade os indivíduos decidem e tem ações buscando atender expectativas econômicas e esse artigo tem com objetivo apresentar uma perspectiva que compreende o processo de decisão e ação dos jovens rurais inseridos no espaço geográfico. Primeiramente apresenta-se o conceito de sucessão geracional como a criação de uma nova geração de agricultores. Discute-se a decisão e ação dos filhos de agricultores sob o ponto de vista dos seus interesses e das condições impostas pelo espaço. Por fim, avaliam-se as influências da renda na decisão e ação dos jovens com relação à permanência no campo.

### **A sucessão geracional como a existência de uma nova geração de agricultores**

A sucessão geracional pode ser entendida como a criação de uma nova geração de indivíduos que permanecem no campo e que assumem o comando do estabelecimento agropecuário, sendo a constituição de sucessores para a unidade de produção familiar. Os filhos dos agricultores são os possíveis sucessores e a permanência ou não destes no campo dependerá de condições objetivas internas e externas ao estabelecimento rural. Para Almeida (1986) a unidade familiar se reproduz no ciclo curto ou anual no qual se combinam recursos naturais, trabalho e

conhecimento para atender as necessidades de consumo da família, e no ciclo longo ou geracional que trata de como as famílias se perpetuam.

No Brasil a sucessão, em geral, é endógena, ou seja, são os próprios agricultores familiares que geram seus sucessores (BRUMER, 2007), que se constitui em um processo e não apenas em momento que envolve três componentes: a transferência patrimonial, a continuação da atividade profissional paterna e a retirada das gerações mais velhas do comando sobre o negócio (SILVESTRO et al., 2001).

A mudança do comando se dá em um processo de transição conforme os filhos vão assumindo determinadas tarefas e funções das atividades dos pais (MELLO et al., 2003). Um motivo para a mudança do comando pode ser quando há perda de saúde dos pais, que ficam impossibilitados de continuar a dirigir o estabelecimento.

A transferência patrimonial ocorre quando os pais transferem a propriedade da terra aos filhos, o que pode acontecer quando os pais estão vivos, ou somente com o seu falecimento. Segundo Brumer et al.(1993), no Brasil ela usualmente ocorre em processo de herança, após o falecimento do pai predecessor. Já a mudança da posse legal da terra é parte do processo de sucessão, o que não necessariamente significa que a agricultura familiar continuará a ocorrer, pois a terra pode ser comercializada no futuro.

A inexistência de sucessores em um determinado período pode não retratar ausência de sucessão, mas uma condição temporária, o que segundo Castro (2006), são estratégias familiares de manutenção da terra, ou mesmo formas de se afastar da ação da autoridade paterna.

Assim, a sucessão geracional é uma condição imprescindível para a ocorrência da reprodução social da agricultura familiar, para a manutenção da população e o desenvolvimento das áreas rurais. A sua ocorrência dependerá dos jovens rurais, que inseridos no espaço geográfico, estabelecem projetos para suas vidas, nos quais a permanência no campo, ou a migração para a cidade será objeto de uma ou várias tomadas de decisão.

### **Entre o campo e a cidade: analisando a decisão e a ação do jovem rural**

As perspectivas de permanecer no campo ou viver na cidade são postas para os jovens, que inseridos em um contexto social, decidem e agem. A ação de “ficar” ou “sair” do campo é realizada segundo os interesses, propósitos, objetivos, finalidades e intenções do indivíduo, mas é influenciada pelo contexto social no qual estão inseridos. Na análise de Granovetter (2007, p. 9):

Os atores não se comportam nem tomam decisões como átomos fora de um contexto social, e nem adotam de forma servil um roteiro escrito para eles pela intersecção específica de categorias sociais que eles porventura ocupem. Em vez disso, suas tentativas de realizar ações com propósito estão imersas em sistemas concretos e contínuos de relações sociais.

A decisão dos indivíduos em permanecerem ou não no campo e o conjunto de ações necessárias para manterem-se na decisão tomada, se dá inserida em um conjunto de relações sociais no qual precisamos atentar também para os objetos físicos existentes, conforme alerta Swedberg (2004, p. 26):

“Com vistas a compreender, digamos, a vida econômica de uma fábrica, não se pode apenas atentar para as relações sociais entre os trabalhadores e abstrair o restante do ambiente; é preciso também considerar os prédios, as máquinas e tudo o mais.”

Assim, percebendo as ações e objetos como um todo, podemos buscar compreender que a decisão e ação ocorrem inseridas no espaço geográfico, o que para Santos (1999) é definido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações. A ação é a atividade humana. Os homens agem e são levados a agir inseridos no espaço que reúne sistemas de ações indissociáveis de sistemas de objetos; A ação acontece segundo propósitos e interesses, resultante de “necessidades, naturais ou criadas. Essas necessidades: materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais, afetivas, é que conduzem o homem a agir” (SANTOS, 1999, p. 67).

Entretanto, a ação não se dá livremente sendo subordinada por normas escritas ou não, formais ou informais (SANTOS, 1999). O espaço geográfico impõe determinadas condições para a ação dos indivíduos:

“O espaço se impõe através das condições que ele oferece para a produção, para a circulação, para a residência, para a comunicação, para o exercício da política, para o exercício das crenças, para o lazer e como condição de ‘viver bem’.” (SANTOS, 1999, p. 45)

Portanto, a ação social é um processo, produto das necessidades naturais ou criadas, que levam os homens a agir segundo os seus interesses (intenções, objetivos e finalidades), regulados por normas escritas ou não. O espaço geográfico se impõe e possibilita

determinadas condições de produção, consumo, circulação, comunicação, entre outros, que influenciam na ação dos indivíduos.

A permanência ou não dos sucessores no campo é ação, antecedida de uma decisão, que pode não ser permanente. Essa decisão e ação ocorrem segundo os interesses dos sucessores inseridos em um espaço que impõe determinadas condições para se viver.

### **As condições que o espaço impõe a decisão e a ação**

O espaço impõe condições para a ação humana. Nos seus aspectos naturais, cada lugar é detentor de uma condição, que no caso do rural é menos artificializado e possui objetos mais dispersos, oferecendo um conjunto de recursos naturais como solos (relevo e fertilidade), água, biodiversidade, temperaturas, ventos, entre outros. Cada lugar é detentor de condições historicamente construídas oferecendo condições para produção, circulação, comunicação, residência, consumo, lazer e exercício da política e das crenças.

Na agricultura familiar, o espaço impõe condições naturais e sociais que afetam a decisão e ação dos sucessores, como a disponibilidade de terras aptas à agricultura, o clima característico da região, as formas de obtenção de renda, a hierarquia doméstica, a divisão e remuneração do trabalho, as relações entre urbano e rural e as possibilidades de educação, consumo e lazer.

Com o desenvolvimento da sociedade ocorre a concentração da produção e da população no espaço urbano, fazendo surgir diferentes oportunidades de produção e apropriação individual da riqueza, assim como desenvolvem-se lazer, entretenimento, saúde, educação,

entre outros. Neste contexto fortalece-se a valorização do urbano frente ao rural, o que Castro (2006, p. 9) observou como “[...] a reprodução da hierarquia rural/urbano sob construções estigmatizantes, onde morar no campo é desvalorizado culturalmente”.

Entretanto, o urbano pode representar aos jovens insegurança, com o afastamento das relações de proximidade e confiança estabelecidas no ambiente rural. Optar pelo urbano pode significar também o afastamento das relações de parentesco e a perda da ligação com o patrimônio da família. As perspectivas de futuro se apontam e a decisão requer uma análise das condições objetivas atuais e dos cenários que se esperam. Ao analisar a construção dos projetos dos jovens rurais, Carneiro (1998, p. 3) afirma que:

“Os jovens oscilam entre o projeto de construir vidas mais individualizadas, o que se expressa no desejo de ‘melhorarem o padrão de vida’, de ‘serem algo na vida’, e o compromisso com a família, que se confunde também com o sentimento de pertencimento à localidade de origem, já que a família é o espaço privilegiado de sociabilidade nas chamadas ‘sociedades tradicionais’”

Nas perspectivas de futuro idealizadas pelos jovens rurais, estes consideram as possibilidades de obtenção de renda. As atividades ligadas à agropecuária encontram na atualidade diversas dificuldades na produção (acesso a tecnologia, custo dos insumos, problemas climáticos, entre outras) e na comercialização (inserção no mercado e preços baixos dos produtos agrícolas), que influenciam na obtenção de renda. Além disto, estas atividades contam com a sazonalidade na obtenção de renda e a dependência das condições naturais. A remuneração do trabalho do

jovem rural pode acompanhar a sazonalidade da produção agropecuária e restringe o seu consumo individual, dificultando a circulação e o acesso a espaços de lazer. Ocorrem também oportunidades de assalariamento agrícola e não-agrícolas que oferecem renda fixa e direitos trabalhistas no espaço rural.

As possibilidades de renda urbana podem induzir a migração para a cidade. Oscilando entre oportunidades diferenciadas, desde condições mais precárias de trabalho a opções em que “melhorar de vida” se torna possível, as ocupações urbanas oferecem normalmente remuneração fixa e direitos trabalhistas, além de viabilizar uma proximidade com os espaços de lazer e menor tutela<sup>1</sup> aos jovens de origem rural. O nível de conquista educacional é um dos fatores fundamentais para a ampliação de possibilidades de trabalho e renda no espaço urbano. Além dessas, para Strapasolas (2004) o acesso à educação “se constitui em um verdadeiro ‘divisor de águas’ matrimoniais, pelas oportunidades (profissionais e afetivas) que se ampliam”.

Inseridas no contexto familiar, as relações de produção na agricultura familiar chamam a atenção por reproduzirem uma determinada hierarquia que é ao mesmo tempo doméstica e de trabalho. A hierarquia diz respeito ao controle sobre o grupo, neste caso, uma estrutura de autoridade doméstica, que em geral é masculina, com maior valorização à participação

dos rapazes. Segundo Almeida (1986) “o processo de trabalho é aqui concentrado no chefe-de-família; num pai, que é quem toma decisões sobre o uso da terra, o emprego de trabalho familiar, a comercialização do produto e o nível geral de consumo doméstico.”

A disponibilidade de espaços de participação na gestão e trabalho do estabelecimento e o nível de autonomia em aspectos mais gerais da vida cotidiana podem contribuir na decisão dos jovens, sendo as diferenças no tratamento entre rapazes e moças de fácil percepção na agricultura familiar. Para Strapasolas (2004), são as relações sociais desiguais e excludentes no seio da agricultura familiar um dos principais fatores responsáveis pela saída das mulheres do campo.

A divisão dos recursos e a remuneração do trabalho, também estão centralizadas na figura paterna, o que gera uma relação de dependência dos filhos, os quais precisam recorrer aos pais quando demandam consumir algo. Brumer (2007) relata que o acesso à renda própria e a livre decisão de como utilizá-la, é um reivindicação dos jovens filhos de agricultores, sendo uma alternativa encontrada para conquista desta é o assalariamento, especialmente no meio urbano.

Além do poder doméstico, as relações de poder extra-doméstica, a atuação de movimentos e organizações sociais podem oferecer condições diferenciadas aos lugares. Em estudo realizado no oeste de Santa Catarina, Badalotti et al. (2007) afirmam que as estratégias de reprodução social da agricultura familiar nesta região estiveram historicamente ligadas à atuação de mediadores, sendo o movimento sindical a partir dos anos 1980 e organizações não governamentais a partir dos anos 1990, que possibilitaram

<sup>1</sup> Segundo Strapasolas, (2004) “Para as mulheres, ‘interior ou cidade’ não constitui apenas opções de moradia; está em jogo à relação entre ‘independência e dependência’.” Acredito que não só para as mulheres, mas também para homens, a saída do campo pode ser motivada pela busca de autonomia diminuindo a tutela dos pais.

a determinados agricultores envolverem-se na busca de estratégias de reprodução internas e externas a unidade de produção familiar.

Portanto, o espaço é detentor de condições de produção material da existência, de reprodução de relações sociais domésticas e de trabalho, entre outras condições que nas quais os indivíduos agem. Suas decisões e suas ações são influenciadas pelas condições objetivas que o espaço oferece para a produção da vida.

### **As influências da renda na decisão e ação dos sucessores**

Na atualidade, diversos estudos têm verificado que as rendas obtidas pelas famílias influenciam na sucessão geracional. Em sua pesquisa, Altmann et al. (2003, p. 20) observou que entre os jovens filhos de agricultores, 25% desejam migrar para as cidades sendo motivadas especialmente pela baixa rentabilidade das atividades agrícolas e à falta de perspectivas. Nesse, percebe-se que as atividades econômicas desenvolvidas a partir do estabelecimento rural são entendidas como insuficientes para quem nela trabalha e contribui para a existência de poucas perspectivas para a juventude.

Em trabalho realizado em Nova Pádua, no Rio Grande do Sul, Carneiro (1998, p. 9) entrevistou 56 agricultores, dos quais 83% declararam que não gostariam de permanecer na atividade agrícola. Segundo a autora, “o principal argumento é de ordem econômica (49%): trata-se de um trabalho *pouco rentável, sem futuro, instável, sem recompensa, trabalha-se muito e ganha-se pouco.*”

No oeste de Santa Catarina, Mello et al. (2003) perceberam a ocorrência nas propriedades mais capitalizadas, de um

maior interesse em continuar na agricultura e a existência de um maior diálogo entre jovens e pais. Segundo os autores, “75% dos filhos pertencentes a unidades capitalizadas já têm uma opinião a respeito, confirmando o interesse dos jovens desse segmento pela continuidade na profissão paterna.” Nesse trabalho o termo “capitalizado” foi utilizado com significado de maior obtenção de renda e não como acúmulo de capital<sup>2</sup>.

Nestes estudos observa-se a importância das rendas obtidas para a sucessão geracional, verificando-se então, a existência de uma relação frequente entre a renda e a sucessão geracional na reprodução social da agricultura familiar. A questão que permanece, é se forem resolvidos os problemas de renda na agricultura familiar, garante-se a reprodução social? Buscando a compreensão deste tema, realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre a decisão e ação econômica, ou seja, a partir do que, de que forma e com que finalidade os indivíduos decidem e tomam ações buscando atender expectativas econômicas, ou seja, conquista de renda, consumo e capitalização.

Ceron e Gerardi (2007) argumentam que as teorias formalizadas acerca das decisões humanas contêm princípios normativos de informação completa e incompleta e princípios comportamentais. No ponto de vista dos princípios normativos em condição de completa informação, desenvolvido pela economia clássica, despreza-se as influências dos componentes não

<sup>2</sup> Mello *et. al* (2003) separaram os agricultores em três categorias de renda: capitalizados, em transição e descapitalizados, o que corresponde respectivamente, renda superior a 3 salários mínimos por pessoa ocupada/mês, entre 1 e 3 salários mínimos por pessoa ocupada/mês e menor que 1 salário mínimo por pessoa ocupada/mês.

econômicos no comportamento humano, ou seja, em um contexto de informação completa as decisões são perfeitamente racionais. Enquanto dos pontos de vista comportamentais e normativos em condição incompleta de informação, admite-se que os indivíduos jamais serão completamente informados e capazes de decisões racionais, sendo influenciados pelos desejos, motivações, hábitos, entre outros fatores.

A análise teórica de Granovetter (2007) sobre a categoria mercado apresenta a ideia de “racionalidade limitada”, que significa a “incapacidade dos atores econômicos de antecipar adequadamente a complexa cadeia de contingências que poderiam ser relevantes aos contratos de longo prazo.” Esta, pode ser utilizada para compreensão do processo de decisão dos sucessores, que também possuem uma racionalidade limitada não sendo possível prever todos os desdobramentos de “ficar” ou “sair”, aproximando-se da perspectiva onde entende que os sujeitos não são portadores de todas as informações para a tomada de decisão.

A decisão dos jovens rurais sobre o seu futuro é carente de todas as informações necessárias, possui certa racionalidade limitada e conta com cenários idealizados que influenciarão significativamente. Na interpretação de Sartre (1963 *apud* SANTOS, 2009, p. 41), “[...] tudo muda quando se considera que a sociedade é apresentada a cada homem como uma *perspectiva do futuro*, e que esse futuro penetra até ao coração de cada um como uma motivação real ao seu comportamento.”

Assim, a decisão e a ação dos jovens ocorrerá a partir das informações disponíveis e das análises sobre sua vida e seus projetos, mas também será

influenciada pelo conjunto das relações sócio espaciais vivenciadas. Granovetter (2007) analisa ainda até que ponto a ação econômica está imersa nas estruturas das relações sociais. O autor apresenta uma alternativa entre a concepção sub-socializada da economia clássica e neoclássica e super-socializada da sociologia moderna, afirmando que a ação econômica é social, pois todos os fenômenos econômicos são sociais por sua natureza, e está imersa nas estruturas das relações sociais.

Na concepção supersocializada pessoas são decisivamente sensíveis às opiniões de outros e obedientes às diretrizes ditadas por sistemas consensualmente desenvolvidos de normas e valores interiorizados por meio da socialização. No entanto, a concepção sub-socializada da ação humana rejeita toda influência da estrutura social e das relações sociais sobre a produção, distribuição e consumo. Segundo o autor, “apesar do aparente contraste entre as visões sub e supersocializada, deve-se observar uma ironia de grande importância teórica: ambas têm em comum uma concepção de que ações e decisões são conduzidas por atores atomizados.” (GRANOVETTER, 2007, p. 7).

A abordagem da imersão proposta por Granovetter situa-se entre a abordagem supersocializada da moralidade generalizada e a abordagem sub-socializada dos dispositivos institucionais impessoais, sustentando que a maior parte do comportamento está profundamente imersa nas redes de relações sociais, e não produz previsões generalizáveis, mas sustenta que cada situação será determinada pelos detalhes da estrutura social (GRANOVETTER, 2007).

Com base nesta análise, trazendo para a questão da renda e da sucessão geracional, na perspectiva supersocializada, os sucessores seriam obedientes às diretrizes fornecidas pelo meio da socialização e as ações tenderiam para as normas e valores vigentes naquele determinado momento. Estando os indicativos a permanência no campo assim o fariam, e vice-versa. A concepção sub-socializada rejeitaria a influência da estrutura social e colocaria que o sucessor decidiria pela possibilidade que lhe conferisse maior ganho econômico, se o estabelecimento oferecesse rentabilidade permaneceria no campo, caso contrário, optaria pelas alternativas da cidade.

A utilização da abordagem da imersão sugere que a decisão e a ação dependerão dos detalhes da estrutura social, não sendo possível obter previsões generalizáveis, ou seja, os detalhes de um contexto familiar e de uma comunidade rural podem contribuir para permanência no campo. Esta abordagem sugere que o comportamento é racional ou instrumental, ele “visa não apenas metas econômicas, mas também a sociabilidade, a aprovação, o *status* e o poder.” (Granovetter, 2007, p. 31). Fortalecendo esta concepção e contribuindo para negação da concepção sub-socializada, Swedberg, (2004) afirma que “em suma, as ações econômicas não acompanham os caminhos concisos e diretos da maximização, tal como reivindicam os economistas; acompanham muito mais os caminhos consideravelmente mais complexos das redes existentes.”

### Considerações finais

A decisão e ação dos jovens da agricultura familiar ocorre inserida em um contexto social visando metas econômicas, mas não só essas, como também a aprovação, poder, sociabilidade, entre outras. As rendas obtidas pela família influenciam na decisão e ação do jovem no dilema de ficar e sair. Este é um fator muito importante, mas não único, pois vários outros influenciam, como a hierarquia doméstica, valorização do urbano, questões de gênero, entre outros. Por fim, defende-se que a decisão e a ação se dão inseridas em um conjunto indissociável de sistema de objetos e sistema de ações, no qual tanto dinâmicas gerais (urbanização e mudanças tecnológicas) como as peculiaridades do local podem influenciar na permanência ou não dos jovens no campo.

### Referências

- ALMEIDA, M. W. B. de. Redescobrimo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v.1, n.1, p.66-83, 1986.
- ALTMANN, R. (Coord.). **Perspectivas para a Agricultura Familiar**: Horizonte 2010. Florianópolis: ICEPA, 2003, p.122.
- BADALOTTI, R. M. et al. Reprodução Social da Agricultura Familiar e Juventude Rural no Oeste Catarinense. IN: VII REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, 2007, **Anais...** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.
- BRUMER, A. et al. A exploração familiar no Brasil. IN: LAMARCHE, H. (org.). **A agricultura familiar**: comparação internacional. v.1. Campinas: UNICAMP, 1993. p. 179-234.
- BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (Org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.35-51.

CAMARANO, A. A; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira Estudos da População**, n. 15, p. 45-65,1998.

CARNEIRO, M. J. O ideal urbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. IN: DASILVA, F.C.T; SANTOS, R. COSTA, L.F.C (org.).**Mundo rural e Política**. Rio de Janeiro, Ed. Campus/Pronex, 1998.

CASTRO, E. G. Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. In: VII Congreso Latinoamericano de Sociologia Rural, 2006, Quito. **Memória del VII Congreso Latino-Americano de Sociología Rural**, 2006.

CERON, A. O; GERARDI, L. H. de O. Geografia Agrária e Metodologia de Pesquisa. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, v. 2, n. 3, p. 4-16, 2007.

GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: O problema da imersão. **RAE-eletrônica**, v. 6, n. 1, 2007.

MELLO, de. M. A. et al. Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. **Agricultura São Paulo**, n. 50, p. 11-24,2003.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção**. Ed 3. São Paulo: Hucitec, 1999, 308p.

SILVESTRO, M. et al. **Os impasses sociais para a sucessão hereditária**. NEAD: Brasília, 2001.

STROPASOLAS, V.L. O valor (do) casamento na agricultura familiar. **Estudos Feministas**, n.12, p. 253-267, 2004.

SWEDBERG, R. Sociologia econômica: hoje e amanhã. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, v. 16, n. 2, p 7-34, 2004.

Recebido em 2014-01-08  
Publicado em 2014-08-11